MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
229
DIVISÃO
DE ATOS
INTERNACIONAIS
5.159

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL BRASIL – PARAGUAI EM HERNANDARIAS - FASE IV AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Paraguai
(doravante denominados "Partes");

Reconhecendo que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Assunção, em 27 de outubro de 1987;

Tendo em vista que a cooperação técnica na área de formação profissional reveste-se de especial interesse para as Partes;

Levando em conta a importância de aprimorar a formação dos recursos humanos frente aos compromissos assumidos pelas Partes no processo de integração, iniciado a partir do Tratado de Assunção, assinado em 26 de março de 1991, para o estabelecimento do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL;

Considerando o Memorando de Entendimento na Área de Formação Profissional, assinado em 24 de novembro de 1998, em Assunção, que formalizou a disposição das Partes em implementar um projeto de cooperação referente à estruturação e modernização de um Centro de Formação e Capacitação Profissional no Paraguai, desenvolvido na região do Alto Paraná; e

À luz dos resultados exitosos alcançados no Projeto Centro de Formação e Capacitação Profissional Brasil-Paraguai e da conveniência de ampliar e expandir as atividades do referido Centro de Formação e Capacitação Profissional em Hernandarias,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar visa à implementação do Projeto "Centro de Formação Profissional Brasil-Paraguai em Hernandarias – Fase IV – Ampliação e Expansão", doravante denominado "Projeto", cuja finalidade é contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Alto Paraná, no Paraguai, por meio da formação e capacitação de recursos humanos.

2. O Projeto contemplará o orçamento, os objetivos, as atividades e os resultados que se pretendem alcançar no âmbito do presente Ajuste Complementar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

   a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

   b) o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República da Paraguai designa:

   a) o Ministério da Justiça e Trabalho e a Direção de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores como instituições responsáveis pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

   b) o Serviço Nacional de Promoção Profissional (SNPP) como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Compete ao Governo da República Federativa do Brasil:

   a) designar o Coordenador-Geral durante a vigência do Projeto;

   b) dar apoio à implementação do Projeto;

   c) designar especialistas para desenvolver o Projeto no Paraguai; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Compete ao Governo da República do Paraguai:

a) designar um Coordenador que trabalhará em estreita relação com o Coordenador-Geral do Projeto e com as autoridades do Governo;

b) isentar os equipamentos adquiridos no âmbito do Projeto de licenças, direitos de importação e reexportação e demais encargos fiscais, conforme previsto no artigo VII do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai;

c) responsabilizar-se pelas despesas de taxas correspondentes e de armazenagem, em território paraguaio, dos equipamentos adquiridos no âmbito do Projeto;

d) prestar apoio aos técnicos enviados pela República Federativa do Brasil durante a execução das tarefas que lhes forem confiadas, colocando à disposição todas as informações necessárias à execução do Projeto;

e) providenciar o desembaraço alfandegário dos equipamentos adquiridos no âmbito do Projeto;

f) garantir segurança ao Projeto;

g) efetuar seguro contra roubo e incêndio dos equipamentos doados, responsabilidade civil e acidentes pessoais e coletivos;

h) custear as despesas de funcionamento e manutenção do Centro, bem como dos equipamentos colocados à disposição do Projeto;

i) conceder aos técnicos brasileiros que se desloquem ao Paraguai, no âmbito do presente Ajuste Complementar, e aos seus familiares diretos, quando for o caso, visto oficial, solicitado por via diplomática, e facilidades de evacuação em situação de crise; e

j) outorgar aos técnicos brasileiros o mesmo *status* conferido aos peritos de missões técnicas estrangeiras no que diz respeito à importação e exportação de bens por eles adquiridos, sempre e quando tais técnicos permaneçam em serviço no país, por um período igual ou superior a 6 (seis) meses, no âmbito deste Ajuste Complementar.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros do Estado brasileiro ou qualquer outra atividade gravosa ao patrimônio nacional das Partes.

4. Os equipamentos adquiridos no âmbito do Projeto, no momento da chegada ao Paraguai, terão sua situação patrimonial regularizada, permanecendo à exclusiva disposição do Projeto e dos técnicos enviados para o exercício de suas tarefas durante a vigência do presente Ajuste Complementar.

Artigo IV

Na execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos legais, distintos do presente Ajuste Complementar.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República do Paraguai.

Artigo VI

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. As Partes poderão tornar públicas para a comunidade técnica e científica internacional informações sobre os produtos derivados das ações de cooperação resultantes do presente Ajuste Complementar, desde que anteriormente acordado.

3. Em qualquer situação, deverá ser especificado que as respectivas informações e produtos proporcionados são resultado dos esforços conjuntos realizados pelos executores de cada uma das Partes.

4. Publicações ou quaisquer outros elementos de divulgação das atividades de cooperação técnica resultantes do presente Ajuste Complementar serão previamente aprovadas pelas instituições coordenadoras e deverão apresentar, em proporções iguais, seus respectivos logotipos.

Artigo VII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de 2 (dois) anos, renováveis automaticamente, até o cumprimento de seu objeto, salvo manifestação contrária de quaisquer das Partes.

Artigo VIII

O presente Ajuste Complementar substitui as Notas Verbais assinadas pelos Governos da República Federativa do Brasil e da República do Paraguai, em 20 de outubro de 2008 e 17 de novembro de 2008, respectivamente.

Artigo IX

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou execução do presente Ajuste Complementar será resolvida diretamente pelas Partes, por via diplomática.

Artigo X

Qualquer uma das Partes poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, sua decisão de desconstituir o presente Ajuste Complementar, cabendo às Partes decidir sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução. A desconstituição surtirá efeito 3 (três) meses após a data de recebimento da referida notificação.

Artigo XI

O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado, a qualquer momento, mediante troca de Notas diplomáticas entre as Partes.

Artigo XII

No que se refere às questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Assunção, em 27 de outubro de 1987.

Feito em Assunção, em 03 de novembro de 2009, em dois exemplares originais, em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Eduardo dos Santos
Embaixador do Brasil no Paraguai

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI

Hector Lacognata
Ministro das Relações Exteriores no Paraguai

ACUERDO COMPLEMENTARIO AL ACUERDO DE COOPERACIÓN TÉCNICA ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY PARA LA IMPLEMENTACIÓN DEL PROYECTO "CENTRO DE FORMACIÓN PROFESIONAL BRASIL-PARAGUAY EN HERNANDARIAS – FASE IV AMPLIACIÓN Y EXPANSIÓN"

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

y

El Gobierno de la República del Paraguay
(en adelante denominados "las Partes"),

Considerando que sus relaciones de cooperación han sido fortalecidas en el marco del Acuerdo de Cooperación Técnica entre el Gobierno de la República del Paraguay y el Gobierno de la República Federativa del Brasil, firmado en Asunción, el 27 de octubre de 1987;

Considerando que la cooperación técnica en el área de formación profesional reviste especial interés para las Partes;

Considerando la importancia de mejorar la formación de los recursos humanos frente a los compromisos asumidos por las Partes en el proceso de integración, que se inició desde el Tratado de Asunción, firmado el 26 de marzo de 1991, para el establecimiento del Mercado Común del Sur – MERCOSUR;

Considerando el Memorándum de Entendimiento en el Área de Formación Profesional, firmado el 24 de noviembre de 1998, en Asunción, que formalizó la disposición de las Partes en la implementación de un proyecto referente a la estructuración y modernización de un Centro de Formación y Capacitación Profesional en Paraguay, desarrollado en la región de Alto Paraná; y

Considerando los exitosos resultados alcanzados en el Proyecto Centro de Formación y Capacitación Profesional Brasil-Paraguay y de la conveniencia de extender y ampliar las actividades del referido Centro de Formación y Capacitación Profesional en Hernandarias;

Acuerdan lo siguiente:

Artículo I

1. El presente Acuerdo Complementario tiene por objeto la implementación del proyecto "Centro de Formación Profesional Brasil-Paraguay en Hernandarias – Fase IV – Ampliación y Expansión", en adelante denominado "Proyecto", cuya finalidad es contribuir para el desarrollo socioeconómico del Departamento de Alto Paraná, en Paraguay, por medio de la formación y capacitación de los recursos humanos.

2. El Proyecto precisará el presupuesto, los objetivos, las actividades y los resultados que se pretenden lograr en el ámbito del presente Acuerdo Complementario.

3. El Proyecto será aprobado y firmado por las instituciones coordinadoras y ejecutoras.

Artículo II

1. El Gobierno de la República Federativa del Brasil designa:

   a) a la Agencia Brasileña de Cooperación del Ministerio de Relaciones Exteriores (ABC/MRE) como institución responsable de la coordinación, seguimiento y evaluación de las actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario; y

   b) al Servicio Nacional de Aprendizaje Industrial (SENAI) como institución responsable de la ejecución de las actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario.

2. El Gobierno de la República del Paraguay designa:

   a) al Ministerio de Justicia y Trabajo y a la Dirección de Cooperación Internacional del Ministerio de Relaciones Exteriores como instituciones responsables de la coordinación, seguimiento y evaluación de las actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario; y

   b) al Servicio Nacional de Promoción Profesional (SNPP) como institución responsable de la ejecución de las actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario.

Artículo III

1. Corresponde al Gobierno de la República Federativa del Brasil:

   a) designar al Coordinador-General durante la vigencia del Proyecto;

   b) otorgar apoyo a la implementación del Proyecto;

   c) designar a los especialistas para desarrollar el Proyecto en Paraguay; y

d) hacer el seguimiento y evaluación del desarrollo del Proyecto.

2. Corresponde al Gobierno de la República del Paraguay:

a) designar a un Coordinador que trabajará estrechamente con el Coordinador-General del Proyecto y con las autoridades del Gobierno;

b) exonerar los equipos obtenidos en el ámbito del Proyecto de licencias, derechos de importación y reexportación y otros impuestos, según lo dispuesto en el artículo VII del Acuerdo de Cooperación Técnica entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República de Paraguay;

c) asumir la responsabilidad de los costos correspondientes y de almacenaje, en territorio paraguayo, de los equipos obtenidos en el ámbito del Proyecto;

d) otorgar apoyo a los técnicos enviados por la República Federativa del Brasil durante la ejecución de las tareas asignadas a ellos, poniendo a disposición todas las informaciones necesarias a la ejecución del Proyecto;

e) proporcionar el despacho de aduana de los equipos obtenidos en el ámbito del Proyecto;

f) garantizar seguridad al Proyecto;

g) efectuar seguro contra robo e incendio de los equipos donados, responsabilidad civil y de accidentes personales y colectivos;

h) asumir el costo de funcionamiento y mantenimiento del Centro, así como de los equipos puestos a la disposición del Proyecto;

i) conceder a los técnicos brasileños que se desplazan al Paraguay, en el ámbito del presente Acuerdo Complementario, y a sus familiares directos, cuando sea necesario, visto oficial, solicitado por vía diplomática, y facilidades de evacuación en una situación de crisis; y

j) otorgar a los técnicos brasileños la misma condición concedida a los peritos de misiones técnicas extranjeras en lo que se refiere a la importación y exportación de bienes por ellos adquiridos, siempre y cuando tales técnicos permanezcan en servicio en el país, por un periodo igual o superior a 6 (seis) meses, en el ámbito de este Acuerdo Complementario.

3. El presente Acuerdo Complementario no implica cualquier compromiso de transferencia de recursos financieros del Estado brasileño o cualquier otra actividad gravosa al patrimonio nacional de las Partes.

4. Los equipos obtenidos en el ámbito del Proyecto, en el momento de la llegada al Paraguay, tendrán su situación patrimonial arreglada, y permanecen a la exclusiva disposición del Proyecto y de los técnicos enviados para el ejercicio de sus tareas durante la vigencia del presente Acuerdo Complementario.

Artículo IV

Para la ejecución de las actividades previstas en el Proyecto, las Partes podrán disponer de recursos de instituciones públicas y privadas, de organismos internacionales, de agencias de cooperación técnica, de fondos y de programas regionales e internacionales, que deberán estar previstos en otros instrumentos jurídicos, distintos del presente Acuerdo Complementario.

Artículo V

Todas las actividades mencionadas en este Acuerdo Complementario estarán sujetas a las leyes y a los reglamentos vigentes en la República Federativa del Brasil y en la República del Paraguay.

Artículo VI

1. Las instituciones ejecutoras mencionadas en el Artículo II elaborarán informes sobre los resultados alcanzados en el Proyecto, los cuales serán presentados a las instituciones coordinadoras.

2. Las Partes podrán hacer públicas para la comunidad técnica y científica internacional informaciones sobre los productos derivados de las acciones de cooperación resultantes del presente Acuerdo Complementario, siempre que sean previamente acordados.

3. En cualquier situación, deberá ser especificado que las respectivas informaciones y productos proporcionados son resultados de los esfuerzos conjuntos realizados por los ejecutores de cada una de la Partes.

4. Publicaciones o cualquier otro elementos de divulgación de las actividades de cooperación técnica resultantes del presente Acuerdo Complementario serán previamente aprobados por las instituciones coordinadoras y deberán presentar, en iguales proporciones, sus respectivos logotipos.

Artículo VII

El presente Acuerdo Complementario entrará en vigor a partir de la fecha de su firma y tendrá una vigencia de 2 (dos) años, renovables automáticamente, hasta el cumplimiento de su objetivo, salvo manifestación contraria de cualquiera de las Partes.

Artículo VIII

El presente Acuerdo Complementario sustituye las Notas Verbales suscriptas por los Gobiernos de la República Federativa del Brasil y de la República del Paraguay, en fechas 20 de octubre de 2008 y 17 de noviembre de 2008, respectivamente.

Artículo IX

Cualquier controversia relativa a la interpretación o ejecución del presente Acuerdo Complementario será resuelta directamente por las Partes, por la vía diplomática.

Artículo X

Cualquiera de las Partes podrá notificar a la otra, en cualquier momento, por la vía diplomática, su decisión de denunciar el presente Acuerdo Complementario, siendo de responsabilidad de las Partes decidir sobre la continuidad de las actividades que se encuentren en ejecución. La denuncia tendrá efecto 3 (tres) meses después de la fecha de recepción de la respectiva notificación.

Artículo XI

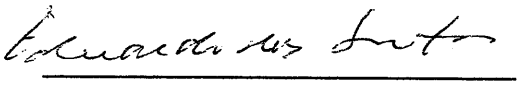
El presente Acuerdo Complementario podrá ser enmendado, en cualquier momento, mediante el intercambio de Notas diplomáticas entre las Partes.

Artículo XII

Para las cuestiones no previstas en este Acuerdo Complementario, se aplicarán las disposiciones del Acuerdo de Cooperación Técnica entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República del Paraguay, firmado en Asunción, el 27 de octubre de 1987.

Hecho en Asunción, el 3 de noviembre de 2009, en dos ejemplares originales, en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.

POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL



POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY

